

Conta-Satélite de Saúde: Brasil 2010-2021

CSS

ISBN 978-85-240-4608-7
© IBGE, 2024

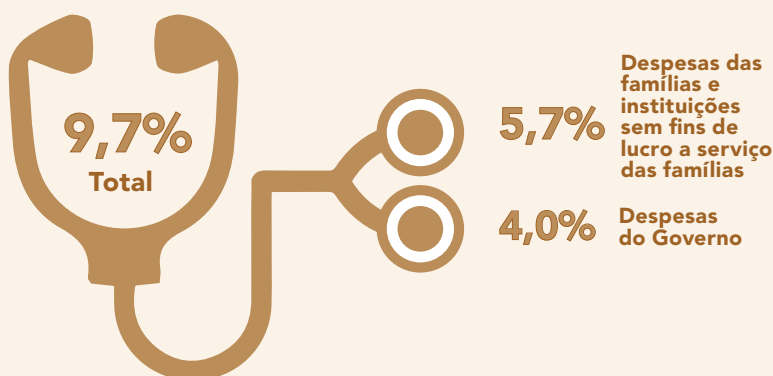
As contas-satélites são extensões do Sistema de Contas Nacionais - SCN¹ que ampliam a capacidade de análise sobre determinados setores da economia, como é o caso da saúde.

A Conta-Satélite de Saúde é resultado de trabalhos desenvolvidos por representantes técnicos do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

A saúde pode ser analisada do ponto de vista da despesa (gasto) - a vertente de análise mais tradicional - mas também como um setor gerador de renda e emprego para um país. Nesta publicação, há dados sobre produção, consumo e comércio exterior de bens e serviços relacionados à saúde e informações sobre trabalho e renda nas atividades que geram esses produtos. A partir desses dados é possível traçar um panorama dos recursos e usos da saúde e de sua evolução ao longo do período de 2010 a 2021. Eles detalham a participação de cada atividade relacionada à saúde na economia e permitem acompanhar anualmente sua evolução.

De uma perspectiva macroeconômica, a saúde pode ser analisada (a) pela ótica do consumo (despesa) com bens e serviços de saúde; (b) através da participação das atividades do setor saúde na composição do valor adicionado total da economia (ótica da produção); (c) pela participação do setor de saúde na geração de renda e de empregos no País – ótica da renda.

Despesas com consumo final de bens e serviços de saúde como percentual do PIB 2021



Participação das atividades de saúde 2021



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

¹ Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2019, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda, é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. Outras informações sobre as Contas-Satélites de Saúde encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9056-conta-satelite-de-saude.html?edicao=18916&t=o-que-e>.

O setor saúde e a pandemia de COVID-19

Em 2020, ano em que a pandemia de COVID-19 impactou a economia mundial, o Produto Interno Bruto - PIB do Brasil caiu 3,3%. A queda do PIB foi puxada, principalmente, pelo setor de serviços que engloba atividades relacionadas ao comércio, transporte, hotéis e restaurantes, educação e saúde, que foram as mais impactadas pelas restrições de mobilidade e pelo receio de contágio do coronavírus.

Do ponto de vista econômico, o setor saúde também foi afetado pela pandemia. Em 2020, houve uma queda na quantidade de procedimentos ambulatoriais e hospitalares (consultas, procedimentos de reabilitação e cirurgias eletivas, por exemplo) devido ao alto risco de contaminação nos consultórios e hospitais. Em relação à variação de volume², o consumo de bens e serviços de saúde, em 2020, apresentou queda de 4,4%, em linha com a queda observada no consumo de bens e serviços não saúde. Já em relação ao valor adicionado bruto, o setor saúde caiu 3,9% enquanto as demais atividades da economia caíram 3,1%.

Apesar da queda em volume no consumo de bens e serviços de saúde, em 2020, a participação das despesas com saúde no PIB aumentou de 9,6% para 10,1%. Esse efeito pode ser atribuído ao aumento dos preços dos serviços de saúde e medicamentos em relação à média da economia. A pandemia de COVID-19 implicou em maiores gastos com saúde tanto por parte do governo quanto das famílias. A variação de preços no consumo de medicamentos pelas famílias foi de 7,1%, enquanto o índice de preço dos serviços de *Saúde pública* consumidos pelo governo cresceu 29,3%.

Em 2020, os postos de trabalho das atividades de saúde tiveram um crescimento de 1,9% enquanto as ocupações das atividades não saúde apresentaram uma queda de 7,0% em relação ao ano de 2019. Esse crescimento foi maior na atividade *Saúde pública* (7,0%) e na *Fabricação de produtos farmacêuticos* (4,9%). Os postos de trabalho na *Saúde privada* variaram apenas 0,2%.

As vacinas compradas pelo governo são administradas nos postos de saúde, sendo consideradas insumos do serviço de imunização e classificadas como consumo intermediário do governo. As vacinas administradas pela saúde pública, portanto, não são consumo final das famílias. O mesmo acontece com medicamentos administrados dentro de um hospital. Já o medicamento entregue para as famílias é um bem cujo destino é o consumo final.

Gasto do Ministério da Saúde com vacinas (R\$)			
Ano	Vacinas (total)	Vacinas anticovid	Outras
2019	3 775 146 557,66	0,00	3 775 146 557,66
2020	3 834 990 701,84	122 814 043,96	3 712 176 657,88
2021	27 602 486 621,14	23 010 398 444,94	4 592 088 176,20

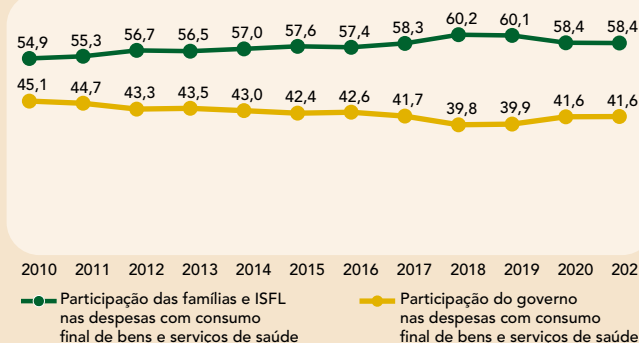
Fonte: Senado Federal, Sistema SIGA Brasil.

² A variação em volume corresponde à variação da quantidade de bens e serviços em um determinado período, descontando o efeito dos preços. Com isso, pode haver um crescimento ou uma queda da quantidade de bens e serviços consumida pelos setores institucionais (famílias e instituições sem fins de lucro a serviços das famílias, e governo).

Em 2021, o PIB cresceu 4,8%. O valor adicionado bruto das atividades do setor saúde também apresentou recuperação, crescendo 7,4%. Nesse período, as ocupações no setor de saúde cresceram 5,1% em relação ao ano de 2020, sendo que as ocupações na *Saúde pública* caíram 2,5% enquanto as da *Saúde privada* aumentaram 10,8%. Já o crescimento médio dos postos de trabalho das atividades não saúde, em 2021, foi de 5,9%.

Em relação ao consumo de bens e serviços de saúde, houve, em 2021, um crescimento de 10,3% enquanto o consumo de bens e serviços não saúde aumentou 2,3%. Essa elevação pode ser atribuída, em parte, ao início da campanha de vacinação contra a COVID-19, ao aumento do consumo de medicamentos e à retomada da realização de consultas, exames e cirurgias eletivas.

Participação dos setores institucionais nas despesas com consumo final de bens e serviços de saúde (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Entre 2010 e 2018, considerando-se a parcela de despesa das famílias e do governo nas despesas com consumo final de bens e serviços de saúde, observa-se uma tendência de queda na participação do governo. Em 2019, a participação do governo nessas despesas era de 39,9%, com a COVID-19 essa participação aumenta para 41,6% em 2020 e se mantém nesse patamar em 2021.

Participação das importações na oferta total, segundo os produtos a preços básicos (%)

Produtos	Participação das importações na oferta total a preços básicos (%)		
	2019	2020	2021
Produtos relacionados à saúde	5,3	6,2	8,0
Produtos farmacêuticos	88,1	87,4	84,6
Medicamentos para uso humano	26,8	28,7	37,3
Preparações farmacêuticas	22,7	18,7	19,6
Aparelhos e instrumentos para uso médico e odontológico	23,7	34,0	29,7
Outros materiais para uso médico, odontológico e óptico, inclusive prótese	31,2	32,6	35,7
Saúde privada	0,2	0,1	0,1
Outros (não saúde)	8,1	8,5	9,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A pandemia de COVID-19 também afetou a importação de produtos de saúde. Em 2020 e 2021, aumenta a participação nas importações do grupo *Medicamentos para uso humano*, que inclui a importação das vacinas contra a COVID-19. Já a participação da importação de *Aparelhos e instrumentos para uso médico e odontológico* na oferta total, que inclui a compra de respiradores, cresceu em 2020 (34,0%) e em 2021 (29,7%).

Consumo final de bens e serviços de saúde

A Conta-Satélite de Saúde fornece o detalhamento do consumo final das famílias, governo e instituições sem fins de lucro por bens e serviços de saúde. As informações sobre o consumo final de bens e serviços de saúde permitem acompanhar a evolução das despesas e as variações anuais do volume de produtos de saúde consumidos pela população residente do País.

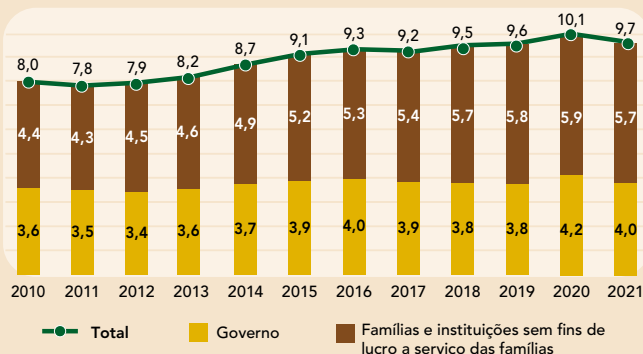
Em 2020, o consumo final de bens e serviços de saúde no Brasil atingiu R\$ 769,0 bilhões (10,1% do PIB). Embora os beneficiários finais dos serviços de saúde pública sejam sempre as famílias, a despesa de consumo é apresentada do ponto de vista de quem faz o pagamento pelos bens ou serviços. Desse total de despesas, em 2020, R\$ 319,8 bilhões (o equivalente a 4,2% do PIB) foram despesas de consumo do governo e R\$ 449,2 bilhões (5,9% do PIB) despesas de famílias e instituições sem fins de lucro a serviços das famílias.

Em 2021, o consumo final de bens e serviços de saúde correspondeu a 9,7% do PIB (R\$ 872,7 bilhões), sendo que a parcela das famílias e instituições sem fins de lucro a serviços das famílias foi de 5,7% do PIB (R\$ 509,3 bilhões) enquanto a participação do governo foi de 4,0% do PIB (R\$ 363,4 bilhões).

No período de 2010 a 2021, a participação das despesas de saúde no PIB aumentou de 8,0% para 9,7%. Na análise por setor institucional, até 2020, ocorreu um crescimento relativo da participação das famílias e instituições sem fins de lucro a serviço das famílias nas despesas de saúde em relação ao PIB. Ainda em relação

ao PIB, a parcela das despesas de saúde do governo aumentou até 2016 (participação de 4,0% em um ano de crise econômica) e caiu em 2017 para 3,9%. Em 2018 e 2019, manteve-se estável (3,8%). Em 2020, a parcela das despesas do governo no PIB voltou a crescer (4,2%), caindo para 4,0% em 2021.

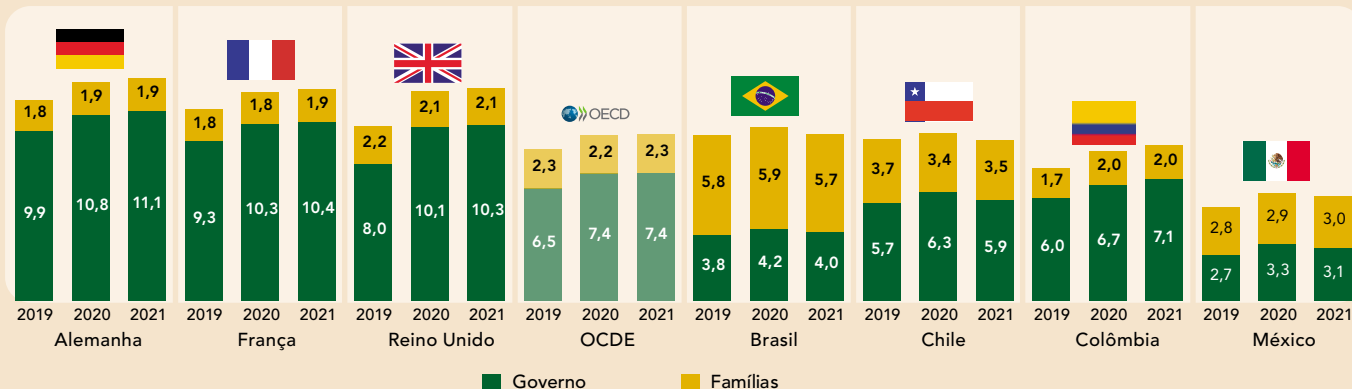
Despesas com consumo final de bens e serviços de saúde como percentual do PIB, por setor institucional (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

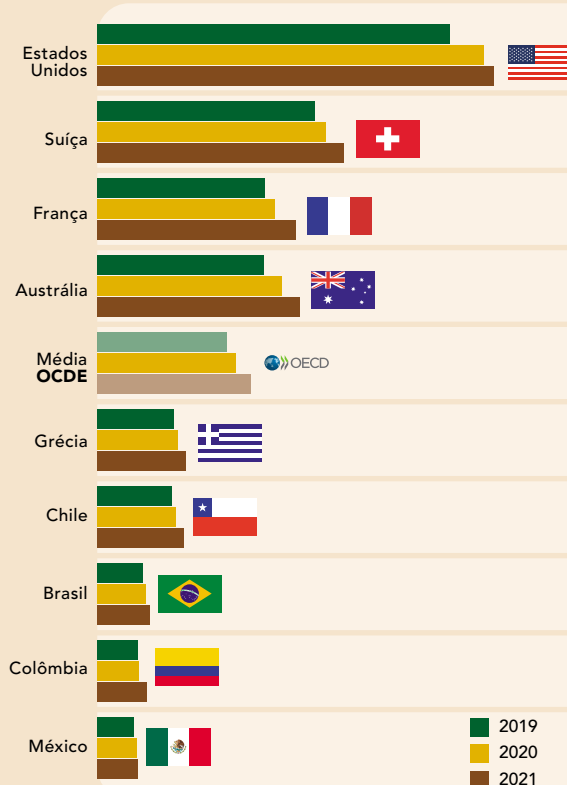
Na comparação com países selecionados da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), observa-se que as despesas com saúde no Brasil, como proporção do PIB, são semelhantes à média desses países, embora países como Alemanha, França e Reino Unido apresentem uma participação total superior à do Brasil. Em relação à participação do governo (gasto público) nas despesas de saúde como percentual do PIB, observa-se, que o Brasil possui uma das menores participações. Apenas o México, entre os países selecionados, tem uma participação menor. Em 2021, no Brasil, México e Chile, observa-se uma queda no gasto com saúde como proporção do PIB quando comparado ao dado de 2020. Por outro lado, Reino Unido, Alemanha, França e Colômbia aumentaram sua participação de gasto com saúde como percentual do PIB em 2021.

Despesas com saúde como proporção do PIB, por setor institucional (%)



Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. 2. HEALTH expenditure and financing 2019-2021. In: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. OECD.Stat. Paris, 2023. Disponível em: <https://stats.oecd.org/Index.aspx?ThemeTreeId=9>. Acesso em: dez. 2023.

Escala comparativa das despesas per capita com saúde



Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. 2. HEALTH expenditure and financing 2019-2021. In: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. OECD.Stat. Paris, 2023. Disponível em: <https://stats.oecd.org/Index.aspx?ThemeTreeId=9>. Acesso em: dez. 2023.

Outro indicador a ser acompanhado é a despesa *per capita* com saúde. Ele coloca a dimensão do tamanho populacional em perspectiva ao indicar quanto cada país gasta em saúde por habitante. Em 2021, a despesa *per capita* com o consumo de bens e serviços de saúde de famílias e instituições sem fins de lucro a serviço das famílias alcançou R\$ 2 387,50 em reais correntes enquanto as despesas de consumo *per capita* do governo foram de R\$ 1 703,60.

A análise da despesa *per capita* utilizando a paridade de poder de compra entre os países (em US\$ PPP) permite comparar o consumo de produtos de saúde dos brasileiros relativamente ao dos residentes de outros países.

As despesas *per capita* brasileiras com saúde, medidas em US\$ PPP, são maiores do que as de países latino-americanos como Colômbia e México, mas 2,9 vezes menores do que a média observada para os países da OCDE.

Os serviços de saúde privados, que são a principal despesa de saúde das famílias, responderam por 67,5% do total das despesas de consumo final das famílias em 2019, caindo para 64,9% em 2020 e 63,7% em 2021. As despesas com serviços de saúde privados incluem integralmente os valores pagos a planos de saúde, inclusive pelos empregadores.

Observa-se, também, que os gastos com medicamentos aumentaram sua participação na despesa de saúde das famílias. Em 2020, esses gastos totalizaram R\$ 143,1 bilhões, correspondendo a 32,5% das despesas com saúde das famílias. Já em 2021, a participação aumentou para 33,7%, totalizando R\$ 168,3 bilhões. Além desses gastos, o consumo efetivo das famílias com medicamentos inclui também os medicamentos distribuídos gratuitamente pelo

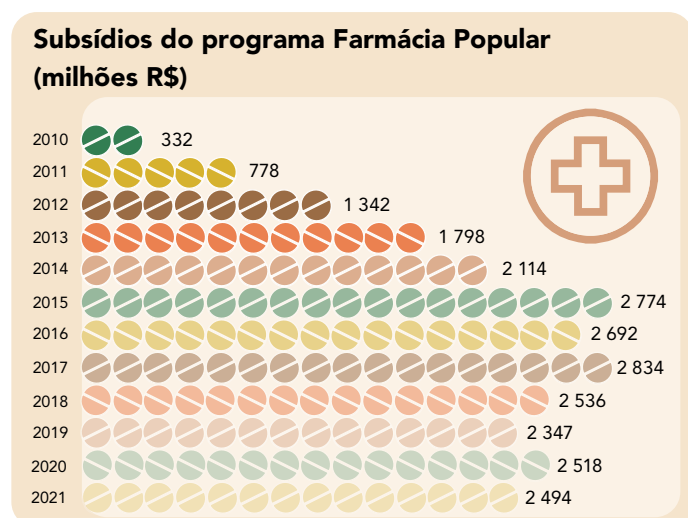
Consumo final, por setor institucional, segundo os produtos (milhões R\$)

Produtos	Consumo final, por setor institucional											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Famílias												
Total	165 432	184 577	211 282	239 986	278 874	307 054	326 510	345 890	391 556	418 478	440 356	499 231
Medicamentos para uso humano	62 071	66 064	72 718	79 022	88 509	92 517	99 936	103 665	112 843	122 743	143 116	168 311
Preparações farmacêuticas	119	130	144	160	172	174	197	206	220	236	366	412
Aparelhos e instrumentos para uso médico e odontológico	316	370	438	491	570	656	678	762	795	855	839	851
Outros materiais para uso médico, odontológico e óptico, inclusive prótese	5 105	5 505	6 000	7 088	8 271	9 271	9 476	10 200	10 860	11 967	10 415	11 577
Saúde privada	97 821	112 508	131 982	153 225	181 352	204 436	216 223	231 057	266 838	282 677	285 620	318 080
Governo												
Total	139 710	152 625	165 047	189 403	215 624	231 632	248 624	254 080	264 440	284 191	319 772	363 407
Medicamentos para uso humano	7 042	7 297	7 325	8 469	9 422	10 884	10 181	8 443	8 769	9 253	9 466	12 176
Saúde pública	105 612	117 337	126 694	149 076	170 673	184 468	197 048	202 004	211 727	226 467	255 494	290 126
Saúde privada	27 056	27 991	31 028	31 858	35 529	36 280	41 395	43 633	43 944	48 471	54 812	61 105
Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias												
Total	4 301	4 552	4 615	5 998	7 175	7 583	8 191	8 886	9 125	9 290	8 856	10 067
Saúde privada	4 301	4 552	4 615	5 998	7 175	7 583	8 191	8 886	9 125	9 290	8 856	10 067

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

governo para consumo das famílias, que são contabilizados como despesas de consumo do governo. Em 2021, as despesas com esses medicamentos distribuídos pelo governo totalizaram R\$ 12,2 bilhões (3,4% da despesa de consumo final com saúde do governo).

A despesa de consumo do governo não inclui os subsídios do Programa Farmácia Popular, que tem como objetivo fornecer medicamentos a um custo menor que o de mercado para a população. Em 2021, esse programa totalizou uma despesa de R\$ 2,5 bilhões, mantendo o mesmo patamar de despesas, em termos nominais, de 2020.



Fonte: Senado Federal, Sistema SIGA Brasil.

O consumo final de aparelhos e materiais médicos é proporcionalmente baixo quando comparado à produção desses bens, já que seu principal destino é o investimento (formação bruta de capital fixo). Em 2021, 83,0% da demanda final de aparelhos

médicos³ tiveram como destino a formação bruta de capital fixo enquanto 9,5% foram destinados ao consumo das famílias. Um aparelho, como um medidor de pressão, só será considerado consumo final quando for comprado por uma família para uso pessoal. Aparelhos e instrumentos comprados por médicos e hospitais para serem usados na prestação de serviços de saúde são classificados como insumo e não consumo final.

As despesas de consumo com serviços de saúde do governo, que correspondem aos serviços de saúde fornecidos à sociedade, englobam tanto os serviços produzidos pelo próprio governo em hospitais e estabelecimentos públicos quanto os serviços adquiridos de estabelecimentos privados. Em 2021, a participação da atividade Saúde pública nos serviços de saúde fornecidos pelo governo foi de 79,8%, contra 16,8% correspondente a gastos com estabelecimentos privados.

Entre 2010 e 2019, a despesa de consumo das famílias com medicamentos se manteve estável no patamar de aproximadamente 1,6% do PIB. No entanto, em 2020 e 2021, a despesa de medicamentos subiu para 1,9% do PIB. O consumo de serviços de saúde privada (incluindo planos de saúde) avançou de 2,5% para 3,8% do PIB até 2020, caindo para 3,5% em 2021.

Na despesa de consumo do governo, o principal item é a Saúde pública, que representou 3,4% e 3,2% do PIB em 2020 e 2021, respectivamente. No caso dos medicamentos, a participação percentual do governo em relação ao PIB foi de 0,1%. Já os serviços de saúde adquiridos pelo governo junto ao setor privado correspondiam a 0,7% do PIB em 2021.

Entre 2010 e 2021, a média da participação do governo nas despesas com consumo final de bens e serviços de saúde foi de 42,4%, enquanto a média da participação das famílias e instituições sem fins de lucro a serviços das famílias foi de 57,6%.

Consumo final, em percentual do PIB, por setor institucional, segundo os produtos (%)

Produtos	Consumo final, em percentual do PIB, por setor institucional (%)											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Famílias												
Total	4,3	4,2	4,4	4,5	4,8	5,1	5,2	5,3	5,6	5,7	5,8	5,5
Medicamentos para uso humano	1,6	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6	1,7	1,9	1,9
Preparações farmacêuticas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aparelhos e instrumentos para uso médico e odontológico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros materiais para uso médico, odontológico e óptico, inclusive prótese	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
Saúde privada	2,5	2,6	2,7	2,9	3,1	3,4	3,4	3,5	3,8	3,8	3,8	3,5
Governo												
Total	3,6	3,5	3,4	3,6	3,7	3,9	4,0	3,9	3,8	3,8	4,2	4,0
Medicamentos para uso humano	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde pública	2,7	2,7	2,6	2,8	3,0	3,1	3,1	3,1	3,0	3,1	3,4	3,2
Saúde privada	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7
Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias												
Total	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde privada	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

³ Não inclui aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e os equipamentos de irradiação. Esses produtos fazem parte da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 26.

Consumo final: variações de preço e de volume

Como a conta-satélite é construída com a mesma metodologia e respeitando os totais do Sistema de Contas Nacionais, é possível analisar o crescimento em volume do consumo de produtos. Para isso, desconta-se o efeito do crescimento de preços para verificar se houve aumento ou decréscimo do volume de bens e serviços de saúde consumidos.

Com exceção de 2016 e 2020, o período analisado apresentou crescimento em volume em todos os anos dos bens e serviços de saúde. Por outro lado, os bens e serviços não saúde caíram em 2016 e 2020 – anos em que o PIB apresentou queda em volume. No período de 2010 a 2021, o crescimento médio do consumo de bens e serviços de saúde foi de 1,9% enquanto o consumo dos demais bens e serviços aumentou, em média, 0,8%. Destaca-se que em 2015, quando o PIB caiu 3,5%, o consumo de bens e serviços de saúde cresceu 1,1%, mostrando que existe alguma inelasticidade nos gastos com saúde em relação à atividade econômica, em um primeiro momento.

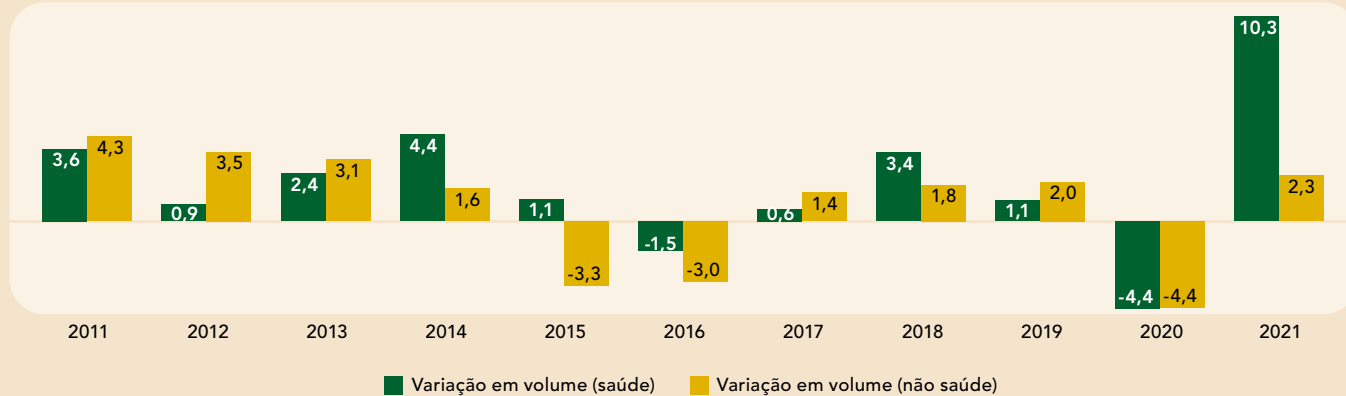
Uma outra comparação possível é entre a variação em volume do consumo de bens e serviços de saúde e o de bens e serviços não

saúde (todos os demais bens e serviços da economia) por setor institucional.

Em 2016, a queda em volume dos bens e serviços de saúde das famílias (-2,7%) foi menor do que a queda dos bens e serviços não saúde (-3,9%). O mesmo ocorreu em 2020 quando a variação em volume dos bens e serviços de saúde caiu 1,7% frente a uma queda de 4,8% das demais atividades econômicas. Já em 2021, o crescimento em volume das famílias foi de 7,1% frente ao aumento de 2,5% do consumo dos demais bens e serviços. Esse crescimento deve-se em parte ao aumento das despesas com medicamentos.

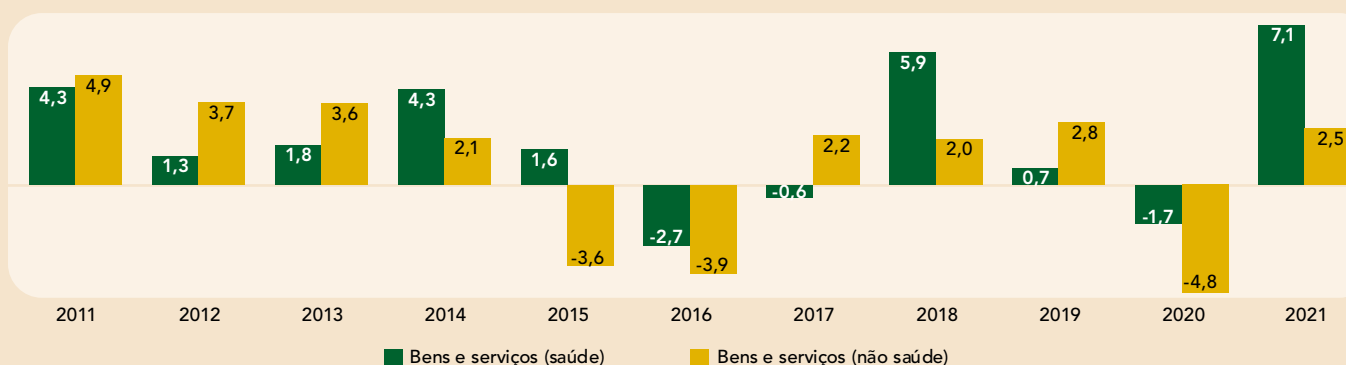
Já para o governo, o crescimento médio do consumo no período de 2011 a 2021 foi de 1,9%. Em 2015 e 2016, quando o PIB caiu 3,5% e 3,3%, respectivamente, houve crescimento em volume de 0,5% e 0,1%. Já em 2020, a queda dos bens e serviços de saúde foi de 8,4% enquanto o dos demais bens e serviços foi de 2,6%. Em 2021, o crescimento em volume dos bens e serviços do governo saúde foi de 14,7%.

Variação em volume do consumo final de bens e serviços de saúde (%)



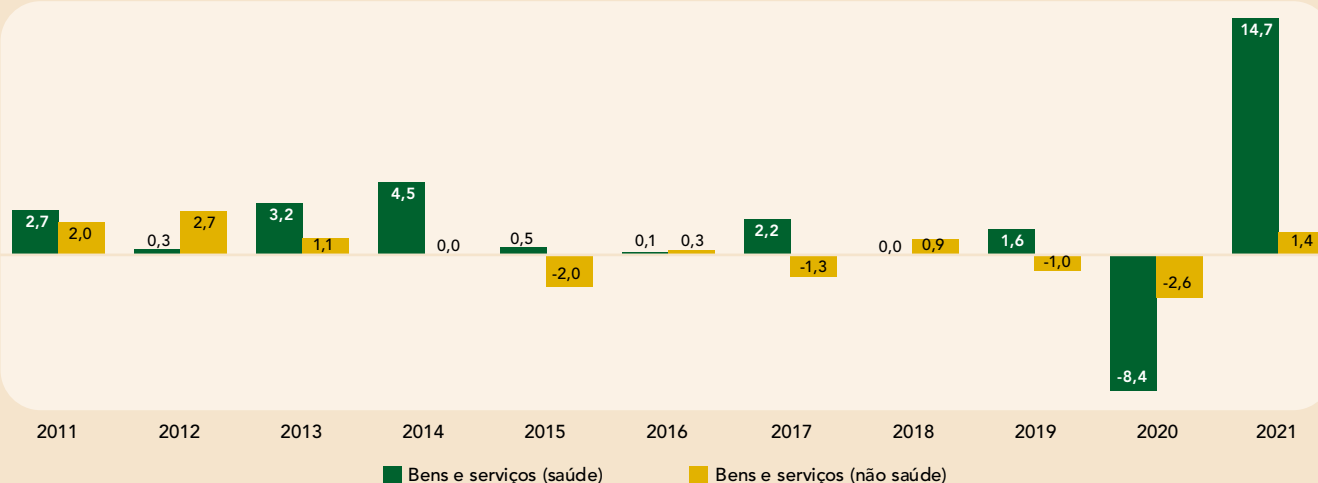
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Variação em volume do consumo de bens e serviços de saúde e de não saúde pelas famílias (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Variação em volume do consumo de bens e serviços de saúde e não saúde pelo governo (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Importação e exportação de bens e serviços de saúde

Os produtos relacionados à saúde têm baixa participação nas exportações. Em 2021, a participação das exportações na demanda total foi de 0,8%. No caso das importações, houve crescimento da participação na oferta total. A participação dos importados passou de 5,3% em 2019 para 6,2% em 2020 e 8,0% em 2021.

A importação de *Medicamentos para uso humano* foi de R\$ 60,5 bilhões em 2021, o que correspondeu a 37,3% da oferta total desses produtos. As importações de *Produtos farmacêuticos* (princípios ativos usados na produção de medicamentos) representaram 84,6% da oferta total no mesmo ano, totalizando R\$ 14,8 bilhões. Em 2020, a participação da importação de medicamentos na oferta total foi

de 28,7% (R\$ 36,5 bilhões) enquanto a participação de *Produtos farmacêuticos* representou 87,4% (R\$ 11,9 bilhões). O aumento das importações de medicamentos pode ser atribuído ao início da vacinação da COVID-19 e também ao aumento de consumo de medicamentos na pandemia.

Outro produto com participação importante das importações na oferta total foram os *Aparelhos e instrumentos para uso médico e odontológico* com 34,0% em 2020 (R\$ 4,9 bilhões) e 29,7% em 2021 (R\$ 4,5 bilhões). Esses produtos incluem aparelhos de ozonoterapia, de oxigenoterapia, respiratório de reanimação e respiradores, inclusive pulmões de aço.

Participação das importações na oferta total, segundo os produtos a preços básicos (%)

Produtos	Participação das importações na oferta total a preços básicos (%)											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Produtos relacionados à saúde	4,7	4,2	4,7	4,9	4,6	5,3	5,1	4,6	5,3	5,3	6,2	8,0
Produtos farmacêuticos	71,2	74,1	75,9	74,0	69,5	77,4	76,8	76,4	81,8	88,1	87,4	84,6
Medicamentos para uso humano	21,9	20,7	22,5	24,3	23,6	26,3	26,5	24,0	25,5	26,8	28,7	37,3
Preparações farmacêuticas	16,3	16,4	20,0	19,9	23,2	30,3	25,2	22,3	25,6	22,7	18,7	19,6
Aparelhos e instrumentos para uso médico e odontológico	21,3	19,3	21,5	23,4	22,3	25,8	21,8	20,7	24,6	23,7	34,0	29,7
Outros materiais para uso médico, odontológico e óptico, inclusive prótese	29,0	29,7	36,4	37,1	34,4	37,1	32,9	32,8	33,1	31,2	32,6	35,7
Saúde privada	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,1	0,1
Outros (não saúde)	6,7	6,9	7,3	7,7	7,6	7,8	6,8	6,7	7,8	8,1	8,5	9,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Participação da saúde na economia

Na Conta-Satélite de Saúde, a participação da saúde na economia é avaliada segundo sua contribuição para o valor adicionado total, a geração de renda e postos de trabalho.

Valor adicionado bruto

O valor adicionado bruto é igual à diferença entre o que foi produzido (valor da produção) e o que foi consumido para gerar essa produção (consumo intermediário)⁴. É uma medida de geração de renda em cada atividade econômica em um determinado período. O valor adicionado bruto de cada atividade indica sua contribuição para a geração de renda no País, ou seja, corresponde ao somatório dos salários, contribuições sociais, e rendimentos dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria. Somando-se o valor adicionado bruto por todas as atividades da economia de um país aos impostos sobre produtos (líquidos de subsídios) chega-se ao PIB.

Em 2010, o valor adicionado bruto das atividades de saúde foi de R\$ 202,3 bilhões e correspondia a 6,1% do valor adicionado bruto total da economia⁵. Em 2021, a participação do valor adicionado bruto da saúde foi para 7,7% (R\$ 593,1 bilhões).

O maior aumento de participação no valor adicionado bruto total foi o da atividade *Saúde privada*, que passou de 2,1% em 2010, para 3,3% em 2020 e 3,1% em 2021. Já a participação da atividade *Saúde pública* no valor adicionado bruto total da economia passou de 2,0% em 2010 para 2,3% em 2020 e 2,1% em 2021.

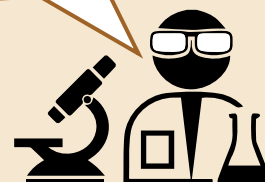
Quanto à contribuição de trabalho e capital para a geração de valor adicionado bruto, entre as atividades ligadas à saúde, o serviço com menor participação da remuneração do trabalho no

valor adicionado bruto foi o *Comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médico-odontológicos*, no qual 47,5% do valor adicionado bruto remuneravam funcionários em 2021. Em 2010, esse percentual para a atividade era de 46,3%. A atividade *Saúde privada* tinha uma participação de 61,1% nas remunerações em 2010, caindo para 54,9% em 2021. Já na atividade *Saúde pública*, que não tem como objetivo auferir lucro, a participação das remunerações no valor adicionado bruto é de 94,4%.

Após a dedução de remunerações e impostos sobre a produção do valor adicionado bruto, o saldo restante é o excedente operacional bruto que corresponde à contribuição do capital para a produção.

Valor adicionado bruto

No caso da fabricação de produtos farmacêuticos, o valor bruto da produção totalizou R\$ 91,5 bilhões em 2021 enquanto os insumos utilizados no processo produtivo (consumo intermediário) totalizaram R\$ 47,8 bilhões. Desta forma, o valor adicionado bruto da fabricação de produtos farmacêuticos foi de R\$ 43,7 bilhões, o que corresponde à contribuição direta dessa atividade para a economia nesse ano.



Valor adicionado bruto da saúde, segundo as atividades (milhões R\$)

Atividades	Valor adicionado bruto da saúde											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Atividades relacionadas à saúde	202 333	230 570	267 441	308 604	352 151	375 508	408 190	429 575	469 568	497 166	538 580	593 132
Fabricação de produtos farmacêuticos	18 659	18 639	20 091	20 716	23 916	21 283	24 753	28 927	32 983	34 058	38 195	43 693
Fabricação de instrumentos e material médico, odontológico e óptico	5 766	6 308	7 023	7 525	8 709	8 933	10 102	9 595	10 518	12 343	12 534	14 838
Comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médico-odontológicos	36 178	46 844	54 399	62 235	69 727	72 869	80 904	82 251	87 793	92 576	103 900	118 690
Saúde privada	69 632	79 732	98 465	115 112	132 656	144 412	154 561	167 321	191 400	205 139	217 767	242 528
Saúde pública	67 369	73 702	81 743	96 938	110 181	119 144	127 682	129 831	134 229	139 806	151 995	158 689
Saúde pública - Educação e Defesa	4 729	5 345	5 720	6 078	6 962	8 867	10 188	11 650	12 645	13 244	14 189	14 694
Outras (não saúde)	3 100 507	3 489 891	3 826 818	4 245 156	4 620 583	4 780 093	5 011 632	5 242 351	5 541 582	5 859 518	6 056 357	7 120 867

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

⁴ Insumos utilizados durante o processo de produção.

⁵ Os valores estão em milhões de reais correntes de cada ano. Assim, entre um ano e outro, há variações de volume e de preço.

Entre as atividades de saúde, a que apresenta maior excedente operacional bruto como proporção do valor adicionado bruto é a *Fabricação de material médico, odontológico e óptico*, com 69,6% em 2021. Em 2010, essa proporção era de 75,0%. No caso da *Saúde pública*, o excedente operacional bruto é igual a uma estimativa da depreciação dos ativos utilizados na produção. Algumas atividades de saúde, em especial a *Saúde privada*, têm uma participação expressiva em seu valor adicionado do rendimento misto bruto, que corresponde à parcela de renda dos autônomos. É o caso, por exemplo, de médicos que trabalham como pessoas físicas. Em 2021, a participação do rendimento misto bruto dessa atividade foi de 24,0%, enquanto a do excedente operacional bruto foi de 19,4%.

Um bom parâmetro para acompanhar uma atividade ou um setor na economia é analisar seu crescimento em volume, que desconta a variação de preços. Comparando o crescimento em volume das atividades relacionadas à saúde com o restante da economia, observa-se que normalmente o setor saúde apresenta quedas menores que as observadas para o restante da economia em momentos de retração.

Em 2020, no entanto, pelos fatores já mencionados relativos às restrições na prestação de serviços de saúde e a mobilidade durante a pandemia, o setor saúde caiu 3,9%, enquanto as demais atividades não saúde apresentaram uma queda de 3,1%. Em 2021, o setor saúde apresentou um crescimento em volume de 7,4%, enquanto as demais atividades cresceram 4,3%. Entre 2010 e 2021, a taxa

média de crescimento das atividades de saúde foi 1,6%, enquanto as atividades não saúde apresentam uma taxa de crescimento de 0,7% no período.

Você sabe o que é valor adicionado?

O valor adicionado bruto - VAB de cada atividade econômica remunera os fatores utilizados na produção (trabalho e capital). Os trabalhadores autônomos são remunerados simultaneamente pelo seu trabalho e pela propriedade de ativos utilizados na produção (capital), sendo sua renda conhecida como rendimento misto. O valor adicionado inclui também taxas e impostos sobre a atividade, como impostos sobre folha de pagamento e contribuições como salário, educação e pagamentos ao Sistema S (SESI, SESC, SENAI e SENAC).

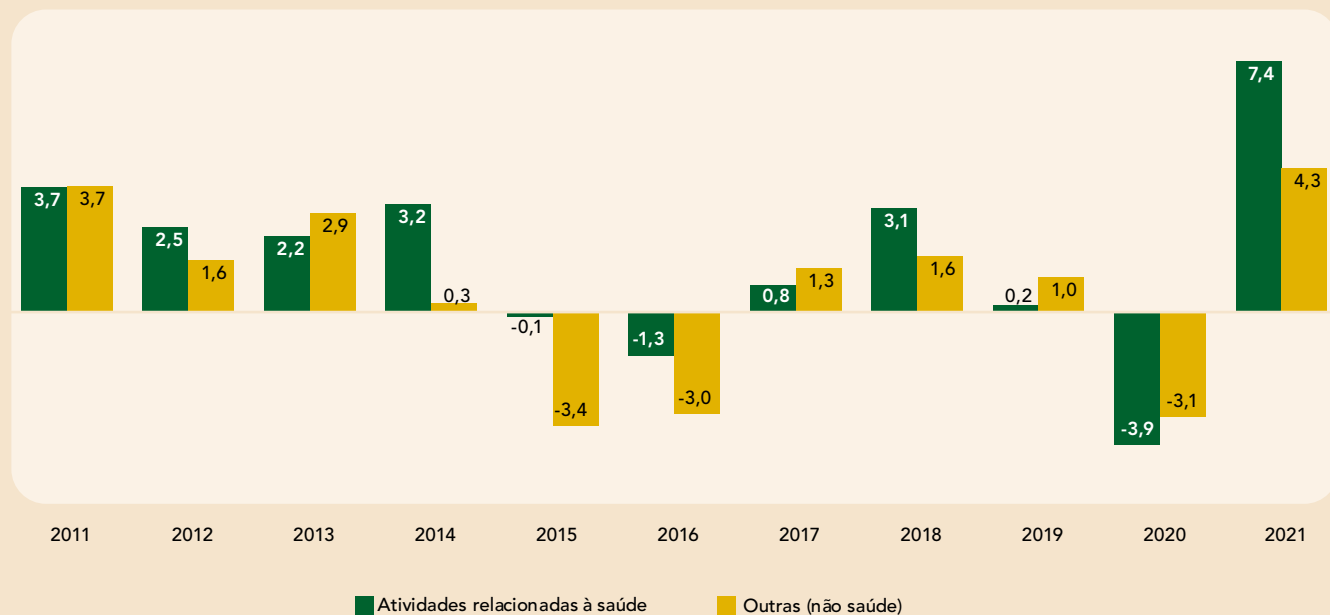


Composição do valor adicionado bruto (%)

Operações	Atividades da saúde						
	Fabricação de produtos farmacêuticos	Fabricação de instrumentos e material médico, odontológico e óptico	Comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médico-odontológicos	Saúde privada	Saúde pública	Saúde pública, educação e defesa	Outras (não saúde)
Participação percentual (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Remunerações	33,6	29,2	47,5	54,9	94,4	95,3	44,4
Salários	25,8	22,9	37,3	46,9	77,5	75,1	34,9
Contribuições sociais efetivas	7,8	6,3	10,2	8,0	12,3	15,8	8,2
Previdência oficial /FGTS	7,3	6,1	10,1	7,8	12,3	15,6	7,8
Previdência privada	0,5	0,3	0,1	0,2	0,0	0,3	0,4
Contribuições sociais imputadas	0,0	0,0	0,0	0,0	4,6	4,4	1,3
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	64,8	69,6	50,8	43,4	5,6	4,7	54,3
Outros impostos sobre a produção	1,7	1,2	1,7	1,7	0,0	0,0	1,5
Outros subsídios à produção	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	(-) 0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Varição em volume do valor adicionado bruto das atividades de saúde (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

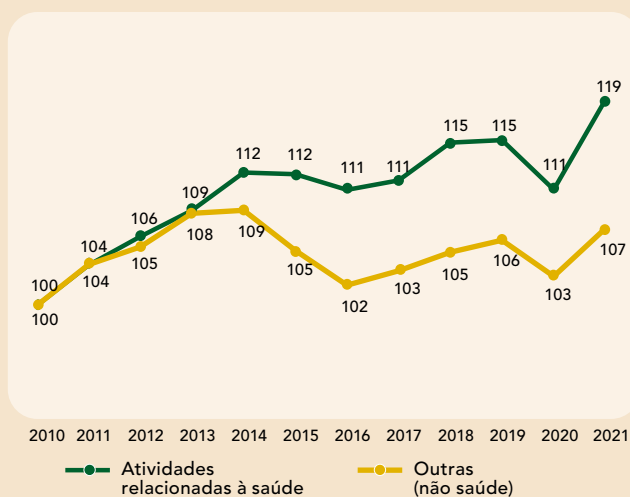
Outra forma de apresentar essa comparação é acompanhar a variação acumulada em volume no período. Entre 2011 e 2021, a variação acumulada em volume da saúde foi de 18,8%, contrastando com 7,1% para o restante da economia (não saúde). A diferença acumulada entre a saúde e o resto da economia fica muito evidente a partir de 2014. Em 2020, ocorre queda em ambas as atividades, mesmo assim a diferença acumulada ainda permanece.



Considera-se que o conceito de ocupações equivale ao de emprego e, também, ao de postos de trabalho. Os postos de trabalho são definidos pelo conjunto de tarefas e obrigações desempenhadas por uma pessoa em uma unidade produtiva. As atividades de saúde e educação são caracterizadas pela ocupação de mais de um posto de trabalho pelo mesmo trabalhador.

Varição acumulada em volume do valor adicionado das atividades relacionadas à saúde e de não saúde

(Base índice 2010 = 100)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Postos de trabalho e participação nas remunerações do País

As atividades relacionadas à saúde ganharam participação no total de postos de trabalho no País, passando de 5,3% das ocupações, em 2010, para 8,0%, em 2021. Entre as atividades de saúde, as com maior número de ocupações são *Saúde privada* (4,1 milhões) e *Saúde pública* (2,7 milhões). Em seguida vem a atividade de *Comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médico-odontológicos* (1,3 milhões).

No agregado, os postos de trabalho nas atividades de saúde cresceram, entre 2010 e 2021, 59,8% enquanto nas atividades não saúde apresentaram um crescimento de 4,1%. Mesmo em anos de crise econômica, os postos de trabalho das atividades de saúde apresentaram crescimento: 4,1% em 2015, 5,2% em 2016 e 1,9% em 2020.

A *Saúde privada* foi a atividade relacionada à saúde que teve o maior crescimento em número de ocupações entre 2010 e 2021: 80,7% seguida pela *Saúde pública* (55,0%) e *Fabricação de instrumentos e material médico, odontológico e óptico* (36,8%).

Ocupações em postos de trabalho, segundo as atividades de saúde

Atividades	Ocupações											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Atividades relacionadas à saúde	5 228 775	5 455 108	5 733 939	6 049 668	6 337 473	6 597 191	6 937 527	7 260 825	7 622 487	7 801 934	7 947 182	8 354 275
Fabricação de produtos farmacêuticos	90 675	93 221	92 060	95 120	100 062	91 798	90 747	88 894	93 766	97 410	102 150	102 300
Fabricação de instrumentos e material médico, odontológico e óptico	59 979	62 514	70 011	66 993	66 700	68 458	65 481	68 995	74 372	75 521	76 584	82 041
Comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médico-odontológicos	1 027 451	1 060 688	1 112 543	1 169 287	1 222 467	1 204 022	1 217 528	1 267 122	1 276 611	1 282 738	1 232 870	1 300 813
Saúde privada	2 294 668	2 451 934	2 617 872	2 688 997	2 968 721	3 082 956	3 224 272	3 353 906	3 605 369	3 737 747	3 744 534	4 147 543
Saúde pública	1 756 002	1 786 751	1 841 453	2 029 271	1 979 523	2 149 957	2 339 499	2 481 908	2 572 369	2 608 518	2 791 044	2 721 578
Outras (não saúde)	92 887 443	94 105 049	95 226 329	96 487 730	99 135 205	95 357 885	93 424 867	94 357 129	96 717 788	98 193 825	91 307 494	96 710 903

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Rendimento médio anual, segundo as atividades de saúde (R\$)

Atividades	Ocupações											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Atividades relacionadas à saúde	28 954	30 930	33 216	36 286	39 362	41 853	43 100	43 850	45 885	47 254	49 428	51 514
Fabricação de produtos farmacêuticos	64 693	71 969	79 687	83 873	93 812	112 704	119 706	117 544	124 864	136 629	131 787	143 324
Fabricação de instrumentos e material médico, odontológico e óptico	23 241	26 938	30 395	31 451	33 538	41 062	44 471	44 322	44 856	48 635	46 446	52 876
Comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médico-odontológicos	16 663	18 980	21 454	24 025	25 781	28 720	32 449	33 859	35 741	37 105	38 956	43 240
Saúde privada	25 492	26 533	28 249	30 862	31 785	34 458	35 510	37 958	41 412	42 505	45 359	46 119
Saúde pública	39 019	42 056	45 167	48 468	56 557	56 811	56 093	54 259	54 339	55 673	56 579	60 197
Outras (não saúde)	19 353	21 695	23 932	26 397	27 789	30 363	32 456	33 377	34 012	35 304	37 597	39 352

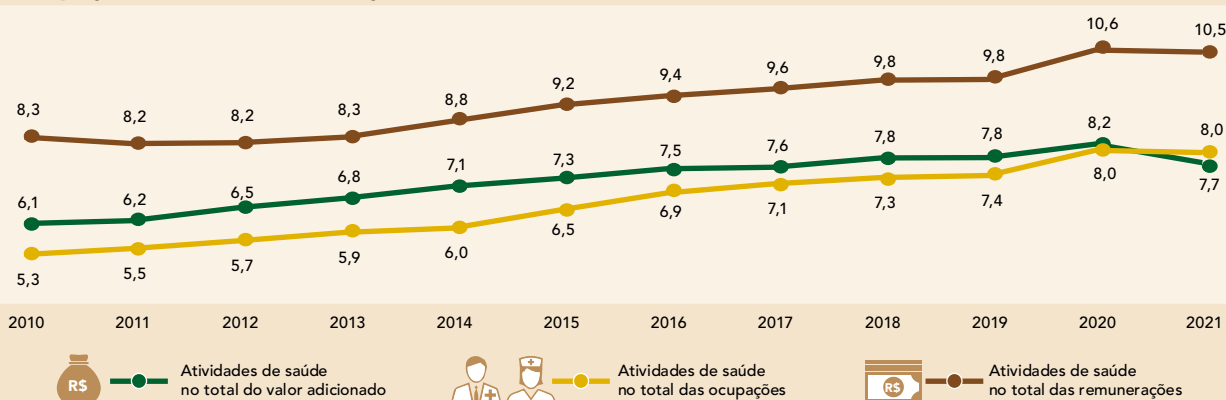
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Em 2021, as remunerações do setor saúde totalizaram R\$ 372,3 bilhões e correspondiam a 10,5% do total de remunerações da economia. Somando-se as remunerações e o rendimento de autônomos e dividindo-se esse total pelo número de postos de trabalho obtém-se um rendimento médio anual para as atividades de saúde. As remunerações do setor da saúde estão acima da média da economia. Em 2021, o rendimento médio anual das

atividades de saúde foi de R\$ 51,5 mil reais, contra R\$ 39,4 mil reais das atividades não saúde. Os maiores rendimentos médios foram das atividades *Fabricação de produtos farmacêuticos* e *Saúde pública*.

A Figura abaixo resume a expansão da presença das atividades de saúde na economia, retratando a evolução dos principais indicadores dessas atividades na década.

Participação das atividades de saúde no total do valor adicionado, das ocupações e das re remunerações (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Indicadores da participação da saúde na economia

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Despesas com saúde e PIB segundo setores institucionais										
Despesas com consumo final de bens e serviços de saúde como percentual do PIB	7,9	8,2	8,7	9,1	9,3	9,2	9,5	9,6	10,1	9,7
Despesas do governo com consumo final de bens e serviços de saúde como percentual do PIB	3,4	3,6	3,7	3,9	4,0	3,9	3,8	3,8	4,2	4,0
Despesas das famílias e ISFL com consumo final de bens e serviços de saúde como percentual do PIB	4,5	4,6	4,9	5,2	5,3	5,4	5,7	5,8	5,9	5,7
Relações entre despesas com produtos de saúde e PIB										
Despesas com consumo final de serviços de saúde como percentual do PIB	6,1	6,4	6,8	7,2	7,4	7,4	7,6	7,7	7,9	7,5
Despesas com consumo final de medicamentos como percentual do PIB	1,7	1,6	1,7	1,7	1,8	1,7	1,7	1,8	2,0	2,0
Participação dos medicamentos nas despesas com consumo final de bens e serviços de saúde	21,0	20,1	19,6	19,0	18,9	18,4	18,3	18,6	19,9	20,7
Participação dos serviços de saúde nas despesas com consumo final de bens e serviços de saúde	77,3	78,1	78,7	79,2	79,3	79,8	79,9	79,6	78,6	77,8
Participação do governo nas despesas com consumo final de bens e serviços de saúde	43,3	43,5	43,0	42,4	42,6	41,7	39,8	39,9	41,6	41,6
Participação das famílias e ISFL nas despesas com consumo final de bens e serviços de saúde	56,7	56,5	57,0	57,6	57,4	58,3	60,2	60,1	58,4	58,4
Despesas per capita com saúde segundo setores institucionais										
Despesas per capita do governo com consumo final de bens e serviços de saúde (R\$ correntes)	832,2	947,0	1 068,9	1 138,4	1 211,9	1 228,6	1 268,3	1 352,3	1 510,1	1 703,6
Despesas per capita das famílias e ISFL com consumo final de bens e serviços de saúde (R\$ correntes)	1 088,7	1 229,9	1 418,1	1 546,3	1 631,4	1 715,5	1 921,8	2 035,6	2 121,4	2 387,5
Participações das despesas com saúde no total das despesas de consumo final										
Participação das despesas com saúde no total das despesas de consumo final do governo	18,6	18,9	19,5	19,6	19,5	19,2	19,0	19,3	20,9	21,8
Participação das despesas com saúde no total das despesas de consumo final das famílias	7,3	7,5	7,8	8,2	8,3	8,3	8,8	8,9	9,4	9,2
Relação entre despesas com saúde, renda e consumo efetivo de saúde e outros bens e serviços										
Despesas das famílias com consumo final de saúde como percentual da renda disponível às famílias	6,7	6,8	7,2	7,4	7,4	7,4	8,0	8,0	7,8	8,4
Despesas total com consumo final de bens e serviços de saúde como percentual renda disponível	8,1	8,3	8,8	9,3	9,5	9,4	9,8	9,9	10,3	10,0
Despesas das famílias com saúde como percentual do consumo efetivo de bens e serviços de saúde pelas famílias	55,5	55,1	55,6	56,2	56,0	56,8	58,9	58,8	57,3	57,2
Consumo efetivo de bens e serviços de saúde como percentual do consumo efetivo total das famílias	11,5	11,7	12,2	12,5	12,7	12,6	13,0	13,0	14,0	13,9
Crescimento anual do consumo final de bens e serviços de saúde (variação de volume)										
Crescimento per capita do consumo final de bens e serviços de saúde	0,0	1,5	3,5	0,2	(-) 2,3	(-) 0,2	2,6	0,3	(-) 5,1	9,5
Crescimento per capita do consumo final de serviços de saúde	(-) 0,6	1,2	2,6	0,6	(-) 1,6	0,9	2,0	(-) 0,2	(-) 8,1	7,2
Crescimento anual do consumo final de bens e serviços de saúde do governo	0,3	3,2	4,5	0,5	0,1	2,2	0,0	1,6	(-) 8,4	14,7
Crescimento anual do consumo final de bens e serviços de saúde das famílias	1,4	1,5	4,1	1,6	(-) 2,8	(-) 0,6	5,6	0,8	(-) 1,7	7,1
Crescimento anual do consumo final de medicamentos das famílias	3,4	2,2	7,3	(-) 2,1	(-) 3,1	(-) 2,8	6,2	2,7	8,9	19,2
Crescimento anual do consumo final de serviços de saúde do governo	0,5	2,9	4,4	0,1	0,9	3,2	(-) 0,0	1,5	(-) 8,8	14,5
Crescimento anual do consumo final de serviços de saúde das famílias	0,0	0,8	2,2	3,2	(-) 2,6	0,1	5,3	(-) 0,2	(-) 6,1	0,9
Indicadores de participação da saúde na economia										
Valor adicionado pelas atividades de saúde como percentual do valor adicionado total	6,5	6,8	7,1	7,3	7,5	7,6	7,8	7,8	8,2	7,7
Participação das atividades de saúde no total de ocupações	5,7	5,9	6,0	6,5	6,9	7,1	7,3	7,4	8,0	8,0
Participação das atividades de saúde no total de remunerações	8,2	8,3	8,8	9,2	9,4	9,6	9,8	9,8	10,6	10,5
Referências										
População (em milhares) (1)	198 315	200 004	201 718	203 476	205 157	206 805	208 495	210 147	211 756	213 318
PIB (R\$ milhões)	4 814 760	5 331 619	5 778 953	5 995 787	6 269 328	6 585 479	7 004 141	7 389 131	7 609 597	9 012 142
Crescimento do PIB (%)	1,9	3,0	0,5	(-) 3,5	(-) 3,3	1,3	1,8	1,2	(-) 3,3	4,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Projeção da população para 1º de julho.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Normalização textual

Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Sistematização de Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico

Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

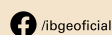
Imagens fotográficas

Freepik

Impressão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgeoficial



/ibgeoficial



@ibgeoficial



/ibgecomunica



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



Saiba mais sobre
a pesquisa

SIGA O IBGE NAS REDES SOCIAIS E CONHEÇA MAIS SOBRE O BRASIL



APONTE SUA CÂMERA PARA OS QR CODES,
ACESSE, USE E COMPARTILHE